O Projeto de Nação e o *Weltanschauung* da extrema-direita militar contemporânea

The *Projeto de Nação* and the *Weltanschauung* of the Contemporary Far-Right Military in Brazil

Ivan Henrique de Mattos e Silva[*]
Ludolf Waldmann Júnior[**]

Resumo: No dia 29 de maio de 2022 foi lançado o documento intitulado Projeto de Nação, construído pelo Instituto Sagres em parceria com o Instituto General Villas Bôas e o Instituto Federalista. Segundo o general Luiz Eduardo Rocha Paiva (responsável pela coordenação do projeto), o documento constitui um Projeto de Estado, a ser adotado de maneira transversal por sucessivos governos. A questão que norteia este trabalho é: quais são os fundamentos ideológicos desta proposta de intervenção política das FFAA? Em outras palavras: qual é o *Weltanschauung* que subjaz a atuação da extrema-direita militar no Brasil contemporâneo? A hipótese defendida aqui – e instrumentalizada epistemologicamente a partir da mobilização do contextualismo linguístico de Quentin Skinner – sustenta que essa cosmovisão está ancorada no resgate da Doutrina de Segurança Nacional traduzida para um novo contexto: a emergência do novo conservadorismo liberal, expressão ideológica das novas direitas brasileiras.
Palavras-chave: Pensamento Militar; Novas Direitas; Projeto de Nação; Militares e Política no Brasil; Bolsonarismo.

Abstract: On May 29th 2022, the document called *Projeto de Nação* (Nation Project) was released, made by the Sagres Institute alongside with the General Villas Bôas Institute and the Federalist Institute. According to general Luiz Eduardo Rocha Paiva (who coordinated the Project' elaboration efforts), the document constitutes a State Project to be adopted crosswise by successive governments. The question that guides this work is: what are the ideological foundations of this political intervention

[*] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Professor Adjunto de Ciência Política na Universidade Federal do Amapá.
[**] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Professor Adjunto de Ciência Política na Universidade Federal do Amazonas.

proposal from the Armed Forces? In other words: what is the *Weltanschauung* that underlies the political operation of the far-right military groups in contemporary Brazil? The hipothesis presented here – and epistemologically instrumentalized through mobilizing Quentin Skinner's linguistic contextualism – argues that this cosmovision is anchored in the rescue of the National Security Doctrine translated to a new context: the emergency of the new liberal conservatism, ideological expression of the Brazilian new right.

Keywords: Military Thought; New Right; Projeto de Nação; Military and Politics in Brazil; Bolsonarism.

Introdução

No dia 19 de maio de 2022, na sede da FHE-Poupex (poupança gerida pelo Fundo Habitacional do Exército), em Brasília, foi realizada a cerimônia de lançamento do documento intitulado *Projeto de Nação* – construído a partir da parceria entre o Instituto Sagres, o Instituto Villas Bôas e o Instituto Federalista (sob a liderança do primeiro) – em um evento solene de natureza militar, com claros contornos institucionais: para além da presença de vários oficiais das Forças Armadas (em especial, do Exército) – tais como os generais Eduardo Villas Bôas, Luiz Eduardo Rocha Paiva, Araken de Albuquerque (Presidente da POUPEX) e Valério Stumpf Trindade (Chefe do Estado-Maior do Exército) –, e do local de realização da cerimônia, o evento ainda contou com as apresentações da Fanfarra do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas e do Coral do Colégio Militar de Brasília. A segunda característica distintiva do evento foi a presença de figuras importantes do governo Bolsonaro e de sua base de apoio no Congresso: também participaram da cerimônia o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), o deputado general Peternelli (UNIÃO-SP) e o general Hamilton Mourão (REPUBLICANOS), vice-Presidente da República, que fez a fala de encerramento da solenidade.

Elaborado sob a coordenação do general Luiz Rocha Paiva – apontado por Villas Bôas como o grande intelectual de sua geração (CASTRO, 2021) –, o Projeto de Nação se pretende, ao mesmo tempo, uma carta-programa e um projeto de Estado a ser implementado de modo transversal por sucessivos governos, sem se submeter às vicissitudes da alternância de poder, já que deveria ser implementado a partir do que é definido como um Centro de Governo e do Sistema Integrado de Gestão Estratégica,

ambos encastelados na burocracia estatal – evidenciando aquilo que Leirner (2020) define como uma estratégia de aparelhamento do Estado por parte desses grupos militares. O documento parte de uma análise de conjuntura – elaborada na forma da construção de um cenário futuro hipotético (denominado Cenário Foco) – para, então, estabelecer diretrizes políticas estratégicas a serem adotadas de modo permanente para a efetivação de uma Estratégia Nacional – i.e., o modelo de organização e desenvolvimento do país elaborado e proposto pelos autores.

Assumindo que este é um documento político dotado de contornos claramente institucionais, desenvolvido largamente por militares e lançado com a presença de altos oficiais da ativa e reserva, constituindo-se, assim, como um evidente projeto político de uma ala das Forças Armadas – que, aqui, será definida como extrema-direita militar –, a questão que norteia este trabalho é: quais são os fundamentos ideológicos dessa proposta de intervenção política? Em outras palavras: qual é o *Weltanschauung*[1] que subjaz a atuação da extrema-direita militar no Brasil contemporâneo?

Para responder estas questões, cabe antes tecer algumas considerações sobre as relações entre militares e política, desenvolvidas dentro das teorias sobre as relações civil-militares. As forças armadas têm características organizacionais que as distinguem significativamente de outras associações: são as mais armadas e letais, bem como marcadas pela hierarquia, disciplina, centralização da autoridade, intercomunicação e *esprit de corps* – e que podem se transformar em trunfos para a ação política (FINER, 2006). No entanto, pesem esses elementos – que marcam também profundamente o *ethos* e identidade profissional militar –, não podemos compreendê-las como blocos monolíticos, uma vez que existem divergências e disputas relevantes no seu interior, tanto sobre questões profissionais específicas (por exemplo, quais os melhores meios materiais para uma política de defesa efetiva) como por questões mais amplas que perpassam as relações entre forças armadas, Estado e sociedade. Considerando as características organizacionais dessas corporações, esses grupos ou alas buscam implementar suas visões, tanto ao influenciar a tomada de decisões na cúpula hierárquica como galgando postos

[1] Princípios que fundamentam uma concepção de mundo, ou cosmovisão (WEBER, 1992).

estratégicos. Nesse processo, alianças informais com outros grupos militares e de civis também são comuns (JANOWITZ, 1967).

Os oficiais da reserva, aqui, assumem um papel relevante. Como lembra Janowitz (1967), por estarem numa posição intermediária entre os civis e os militares da ativa, eles são importantes na articulação política das forças armadas, permitindo contatos e alianças (formais e informais) com diferentes grupos de civis, tanto por meio de emprego civil de oficiais da reserva, participação em associações profissionais ou mesmo em atividades partidárias. Similarmente, os oficiais da ativa podem mobilizar os reservistas como forma de ecoar suas opiniões, tanto dentro como fora da caserna, aproveitando-se do fato de que os militares reformados não têm restrições profissionais no que se refere às suas manifestações políticas (LEIRNER, 2020). Cabe destacar que essa articulação política, voltada a formação de grupos de pressão, não implica necessariamente numa violação do princípio do controle civil dos militares num regime democrático – assim como outros setores da burocracia estatal, eles tentam influenciar decisões políticas que os afetam (FINER, 2006; JANOWITZ, 1967). O problema aparece quando as autoridades militares passam a desafiar as autoridades legitimamente eleitas, minando o controle civil sobre as forças armadas e os princípios da soberania popular.

A análise empreendida aqui está estruturada metodologicamente a partir da mobilização do contextualismo linguístico de Quentin Skinner. Desse modo, a investigação do arcabouço ideológico que organiza, politicamente, o Projeto de Nação passa por uma compreensão da intencionalidade dos seus autores a partir da relação entre o texto produzido e o contexto linguístico (e, por extensão, social) em que ele se insere – tanto do ponto de vista militar como civil. Assim, compreender a dimensão ilocucionária do documento – ou seja, aquilo que o agente está fazendo no ato de dizer (*in saying*) algo – permite a reconstrução das linhagens de pensamento que permeiam o enunciado investigado, delineando, portando, a cosmovisão dos seus autores.

O contextualismo linguístico é uma abordagem metodológica dedicada à investigação do pensamento político, textos, obras e enunciados políticos de maneira geral, consagrada pela chamada Escola de Cambridge, e que possui no historiador Quentin Skinner seu principal formulador (SILVA, 2010). Buscando superar duas tradições metodológicas bastante arraigadas na literatura até meados da década de

1960 para a análise de obras políticas – um essencialismo contextual, que pressupunha que as ideias políticas seriam sempre e tão-somente epifenômenos de elementos contextuais concretos, e, um essencialismo textual, que buscava compreender os enunciados políticos como totalidades epistemologicamente autossuficientes –, o contextualismo linguístico parte da premissa de que "a reconstituição do contexto linguístico de um autor é relevante na medida em que nos ajuda a recuperar a intenção do autor ao efetuar determinada ação" (SILVA, 2010, p. 303). Nesse sentido, haveria uma relação complexa e interdependente entre o texto e seu contexto linguístico e social, de modo que, para compreender um determinado enunciado político, seria fundamental compreendê-lo no conjunto léxico e discursivo em que está inserido (SKINNER, 1969).

Segundo Silva (2010), Skinner considera (apropriando-se das contribuições de Wittgenstein e Austin) três dimensões do ato discursivo: a locucionária, que representa o conteúdo proposital, expresso de modo imediato no ato de dizer (*of saying*) algo; a ilocucionária, que representa o que o agente está fazendo ao dizer (*in saying*) algo, i.e., a intencionalidade contida na construção de dado enunciado; e, por fim, a perlocucionária – que representa os efeitos produzidos por dizer (*by saying*) algo. Na medida em que a grande força do discurso, enquanto ação política, reside na dimensão ilocucionária (SKINNER, 1969), compreender efetivamente o significado de um texto político passa, necessariamente, pela compreensão da intencionalidade do agente.

Na medida em que os enunciados políticos buscam responder às questões de seu tempo a partir de um léxico político disponível, a busca por adequação a um conjunto semântico específico pode revelar a intencionalidade política contida nessa adequação (CARDOSO, SILVA, NERES, 2016). A instrumentalização epistemológica do contextualismo linguístico no escopo desta análise serve, assim, para compreender não apenas o modo pelo qual uma parcela das Forças Armadas (e, em especial, do Exército Brasileiro) buscou incidir no debate público *pari passu* com a ascensão das novas direitas na esteira da crise da Nova República, mas, sobretudo, disputar os rumos da crise brasileira no sentido da tutela militar, resgatando fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) semanticamente adequados ao contexto linguístico das novas direitas.

A hipótese que norteia esta investigação consiste na afirmação de que os fundamentos ideológicos que balizam a ação política contemporânea da extrema-direita militar se estruturam no resgate de elementos da DSN e de outras tradições ideológicas intervencionistas adaptada a um novo contexto: a emergência do novo conservadorismo liberal, núcleo duro das novas direitas brasileiras. Nesse sentido, as perspectivas de uma extrema-direita militar acabaram se convertendo em linha ideológica presente na ação política dessa fração das Forças Armadas a partir de três caminhos complementares: as palestras e conferências do Olavo de Carvalho nos anos 1990 na Escola Superior de Guerra (ESG), na Escola de Comando Maior do Exército (ECEME) e no Clube Militar (LEIRNER, 2020); a atuação teórica e doutrinária do general Sergio Avellar Coutinho (LEIRNER, 2020; CHIRIO, 2021; COSTA PINTO, 2021); a agitação política e panfletária de grupos de pressão política, entre eles, o Inconfidência, Guararapes e Ternuma (Terrorismo Nunca Mais) (SANTOS, 2009; GODOY, 2021). Há, ainda, elementos conjunturais relevantes para a compreensão desse fenômeno: tanto a ascensão das novas direitas como a politização recente das Forças Armadas possuem seu ordenador comum na crise de hegemonia da Nova República (SILVA, 2021a), e, na primeira metade da década de 2010, o aparecimento de janelas de oportunidade para mudança de trajetória de grandes proporções – a Comissão Nacional da Verdade (2012) (LEIRNER, 2020), para a extrema-direita militar, e as marchas de junho de 2013, para as novas direitas (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

A adaptação do pensamento militar de extrema-direita ao cânone ideológico do novo conservadorismo liberal foi tornada possível a partir da incorporação de nove argumentos estruturantes da cosmovisão das novas direitas brasileiras: 1) o globalismo como um movimento de elites internacionais para destruir a soberania nacional, articulado entre elites financeiras e ONGs, partidos e movimentos sociais; 2) a agenda ambientalista como arma do globalismo; 3) a concepção da agenda do reconhecimento como arma política; 4) a existência de uma hegemonia radical (ou marxista) nas instituições de ensino do país; 5) a doutrinação (ou o marxismo cultural) como instrumento de luta política escamoteada dessa hegemonia radical; 6) a glorificação do banditismo, por parte da cultura hegemônica, numa estratégia de inversão de valores; 7) o *framework* metapolítico (ou a guerra híbrida); 8) o radicalismo (ou a esquerda) como não apenas epistemologicamente equivocado, mas

moralmente vil; e, enfim, 9) a defesa da síntese entre liberalismo econômico e conservadorismo moral.

De modo a esmiuçar a maneira pela qual o pensamento militar de extrema-direita se articula com o contexto linguístico da ascensão ideológica das novas direitas, os principais argumentos do Projeto de Nação serão analisados não apenas à luz do processo de crise de hegemonia da Nova República – compreendido, aqui, como a raiz societal dessa ascensão – mas, também, comparados com os argumentos estruturantes da linguagem política das novas direitas (ROCHA, 2021), ideologicamente ancorada na obra de seu principal intelectual orgânico: Olavo de Carvalho (SILVA, 2021b). Como o objetivo deste trabalho é investigar os fundamentos ideológicos que subjazem a atuação da extrema-direita militar – grupo que organizou a construção do Projeto de Nação –, a escolha metodológica empreendida aqui recai sobre a identificação desse documento como lócus privilegiado de análise na medida em que constitui a materialização dos enunciados políticos do campo, estrategicamente apresentados ao debate público em um ano eleitoral.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção é realizada uma apresentação dos três institutos que organizaram a elaboração do Projeto de Nação, seus membros fundadores e lideranças de maior destaque – para reforçar a hegemonia do fator militar; em seguida, os enunciados do documento são analisados à luz de dois contextos linguísticos (e político-sociais) distintos: o meio militar, e o campo das novas direitas; e, enfim, são apresentadas algumas considerações finais de modo a retomar, após a análise contextualizada do documento, a hipótese norteadora desta reflexão.

Os Institutos Sagres, Villas Bôas e Federalista

Criado em 2004 e estruturado como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), o Instituto Sagres se define como uma "instituição orientada para as melhores práticas de planejamento e gestão", conforme consta em sua página na internet. Seu nome faz uma alusão à Escola de Sagres, concebida como o projeto estratégico que permitiu a Portugal o domínio das rotas comerciais marítimas. Embora não seja uma organização exclusivamente composta por militares, quatro dos cinco presidentes desde a fundação são provenientes do

Exército: o tenente-coronel José Olavo Coimbra de Castro (2004-2007), o general Raul José de Abreu Sturari (2007-2012 e 2022-2023), o coronel Mário Giussepp Santezzi Bertotelli Andreuzza (2012-2015) e o coronel Homero José Zanotta Vieira (2015-2016) – vale ressaltar que todos eles são da mesma turma, de 1976, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Atualmente presidida pela professora Verônica Korilio, a atual diretoria do Instituto Sagres possui a seguinte composição: o coronel (Força Aérea) Diógenes Lima Neto como vice-presidente; o general Rocha Paiva é diretor de geopolítica e conflitos e o general Ridauto Lúcio Fernandes é o diretor de segurança e defesa; outros três militares e quatro civis ocupam os demais cargos. Pelo menos quatro membros que passaram por posições de destaque na diretoria do instituto ocuparam cargos comissionados junto ao governo Bolsonaro ou a parlamentares da base aliada: o general Sturari foi secretário parlamentar do deputado general Girão (PL-RN) – que, aliás, também é da turma de 1976 da AMAN – entre 05/02/2019 e 12/04/2021; o general Rocha Paiva faz parte da Comissão de Anistia (nomeado pela então ministra Damares Alves) desde 27/03/2019; o coronel Homero Zanotta foi Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos entre 07/06/2020 e 31/03/2021; e o general Ridauto Fernandes foi Diretor do Departamento de Logística em Saúde (DLOG), do Ministério da Saúde, entre 2021 e 2022 – embora já atuasse como assessor do DLOG, nomeado pelo então ministro da saúde, general Eduardo Pazuello. Recentemente, o general Ridauto ganhou notoriedade na imprensa por ser identificado na Operação Lesa Pátria, deflagrada pela Polícia Federal, como um dos idealizadores da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 (FEITOZA, SERAPIÃO, 2023).

O Instituto General Villas Bôas (IGVB) foi fundado em 2019 em homenagem ao Comandante do Exército (2015-2019) que foi peça importante nos desdobramentos políticos que definiram o cenário eleitoral em 2018, quando, a partir de uma publicação em uma rede social, pressionou diretamente o Supremo Tribunal Federal quando do julgamento de um *habeas corpus* do ex-presidente Lula. Conforme consta em sua página na internet, o IGVB "foi inspirado pelo desejo de se lançar um olhar sobre a história do Brasil e do seu povo, buscando caminhos que contribuam para o nosso crescimento como Nação e para o alcance das inspirações mais profundas e mais caras ao país". O texto de apresentação do instituto menciona,

ainda, que a grandeza fundamental do general Villas Bôas teria sido mostrar ao mundo a força de um Exército coeso, convertido em personagem chave da política brasileira (processo que encontraria seu ápice na própria elaboração do Projeto de Nação).

O IGVB possui onze membros fundadores, que incluem o próprio general, sua esposa e seus três filhos, bem como os generais Luiz Adolfo Sodré de Castro, Carlos Roberto Terra Amaral, Rocha Paiva, Luiz Roberto Fragoso Peret Antunes, Alberto Mendes Cardoso e o capitão Dalvesco Corrêa dos Santos.

Dois elementos, aqui, merecem destaque: a relação de parte de seus membros com o governo Bolsonaro e o perfil dos militares que assinaram a fundação do IGVB. Dois membros da família Villas Bôas possuíram cargos comissionados junto ao Governo Federal: Villas Bôas, após deixar o Comando do Exército, em 2019, assumiu o cargo de Assessor Especial do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), onde ficou até junho de 2022, e sua filha Adriana ocupou, desde setembro de 2019, o cargo de Coordenadora-Geral de Pessoas com Doenças Raras junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, nomeada pela então ministra Damares Alves. Em relação aos militares, três generais compartilham não apenas a mesma turma na AMAN (1973), mas, também, o fato de terem sido opositores abertos da Comissão Nacional da Verdade (2012): Rocha Paiva, Sodré de Castro e Peret Antunes – o primeiro foi também presidente do Ternuma e, junto a Sodré de Castro, acompanharam presencialmente a sessão de interrogatório do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (reconhecido torturador da ditadura militar) em solidariedade a ele.

Dos três institutos que produziram o Projeto de Nação, o Instituto Federalista (IF) é o único que possui um perfil efetivamente civil. Fundado em 2005 pelo empresário paranaense Thomas Korontai – que, em 2018, pleiteou, junto ao STF, o direito de concorrer à Presidência da República sem vinculação partidária –, o IF assume, como seu objetivo estruturante, a tarefa de "atuar na difusão do federalismo" no Brasil. A diretoria do instituto é composta por cinco membros: Thomas Korontai (presidente), que, em 2022, foi candidato a deputado federal pelo PTB do Paraná (defendendo pautas como a necessidade de contagem pública dos votos, o fim do ativismo judicial e a redução da carga tributária); Ivomar Schuler da Costa (vice-presidente), que é economista e desenvolve, no âmbito do IF, reflexões acerca do conceito de Guerra Identitária; os advogados Artur Alves Moreira e Rafael Pereira de

Menezes; e Ulisses Alfredo Santos Lima, formado em administração pela PUC/PR, empresário e se define como um estudioso da Escola Austríaca e admirador da filósofa Ayn Rand (1905-1982).[2]

Duas características unificam os membros da diretoria do Instituto Federalista: em primeiro lugar, todos eles são paranaenses – dois dos quais, advogados –, e, em segundo lugar, possuem forte ligação retórica com, pelo menos, dois núcleos da linguagem política das novas direitas: o ultraliberalismo, ancorado, em grande medida, na Escola Austríaca, e o argumento da guerra cultural, peça-chave na constituição ideológica do novo conservadorismo liberal (SILVA, 2021b).

O único indivíduo a compor a diretoria de mais de um instituto é, também, o coordenador geral da elaboração do Projeto de Nação: o general Rocha Paiva. Ele pertence, junto aos generais Peret e Sodré de Castro (entre outros), ao grupo de militares que Villas Bôas chama de irmãos profissionais, dada a convergência de valores e pensamento (CASTRO, 2021). Sobre Rocha Paiva, Villas Bôas afirma que:

> Nadava ainda pior do que eu; em compensação, sempre foi intelectualmente brilhante. Conhecedor profundo de história militar, geopolítica e estratégia. Filho do velho general Paiva, herói da FEB [Força Expedicionária Brasileira] e nosso comandante do corpo de cadetes. Rocha é o intelectual da turma, nosso Jarbas Passarinho (CASTRO, 2021, p. 37)

Dada a centralidade, por um lado, do grupo de militares no entorno do general Villas Bôas no processo de reorganização política do Exército Brasileiro, e, por outro, o caráter institucional assumido pelo Projeto de Nação – também mencionado, em linhas gerais, por Villas Bôas em sua entrevista a Celso Castro (CASTRO, 2021) –, coube a Rocha Paiva o papel de sistematização ideológica e doutrinária que culminou na elaboração de um documento político central para a ação da extrema-direita militar contemporânea.

Na próxima seção, os enunciados e argumentos apresentados no Projeto de Nação serão analisados à luz do seu contexto linguístico em duas chaves: por um lado, o arcabouço doutrinário e ideológico das Forças Armadas, de um modo geral, e do Exército, de modo mais específico, e, por outro, a linguagem política das novas direitas brasileiras a partir do seu núcleo ideológico: o novo conservadorismo liberal.

[2] Autora russo-americana famosa pela sua doutrinária defesa do livre mercado e do egoísmo ético, que teve grande influência no pensamento neoconservador e libertário nos Estados Unidos.

O Projeto de Nação sob o olhar do contexto linguístico

Dois elementos principais compõem o pano de fundo de um importante reordenamento político no mundo ocidental nas primeiras décadas do século XXI: uma crise estrutural do capitalismo, cuja manifestação mais evidente se dá a partir de 2008, e a ascensão de novos grupos políticos abertamente identificados a uma direita radical de novo tipo (FRASER, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019; ROCHA, 2018; SOLANO, 2018; TRAVERSO, 2021). Consequência direta do primeiro elemento, "o surgimento da direita radical é uma das mais evidentes características de nosso momento histórico" (TRAVERSO, 2021, p. 13).

No caso brasileiro, o ponto alto dessa trajetória de ascensão das novas direitas é a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, embora a sua constituição – primeiro como um contra-público organizado em fóruns de internet e redes sociais – tenha início por volta de 2006 (ROCHA, 2018), e sua primeira manifestação pública, em uma trajetória crescente de disputa ideológica, tenha ocorrido em meio às manifestações de junho de 2013 (PINHEIRO-MACHADO, 2019, SILVA, 2021a). A despeito das várias expressões e subdivisões dentro do fenômeno das novas direitas, a reflexão empreendida aqui parte de suas características comuns, ordenadoras do campo.

Para além do elemento conjuntural, a conjunção de cinco características compõe a distinção essencial desses grupos políticos em relação a expressões pretéritas da direita brasileira: a compreensão de que a disputa cultural representa uma pré-condição para a conquista do poder de Estado (ALEXANDRE, 2017; PUGLIA, 2018; ROCHA, 2018; SEDGWICK, 2019; TEITELBAUM, 2019, 2020); a rejeição ética, epistemológica e política das instâncias tradicionais de produção e reprodução dos regimes de verdade – notadamente, as universidades e institutos científicos (ALONSO, 2019; PINHEIRO-MACHADO, 2019; TEITELBAUM, 2020); a valorização ética, estética e epistemológica do homem médio e do senso comum – e, por extensão, a defesa de um atributo de liderança compreendido como a representação arquetípica do indivíduo mediano (ALONSO, 2019); a mobilização do discurso "politicamente incorreto" como arma política de uma retórica antissistema (DI CARLO, KAMRADT, 2018; ROCHA, 2018); e a síntese entre neoliberalismo e

conservadorismo moral (CHALOUB, PERLATTO, 2015; ROCHA, 2018; NETTO ET AL, 2019, SILVA, 2021b).

Apesar de não se apresentar abertamente como tal, o Projeto de Nação se constitui num documento que visa estabelecer um modelo de tutela militar sobre o Estado e a sociedade brasileira. Esse propósito fica evidente não apenas considerando os atores envolvidos na sua elaboração, mas também pela forma como elabora suas teses, emprega conceitos e mobiliza um arcabouço ideológico e doutrinário específico que remete às tradições intervencionistas militares e os ressignificam conforme interessem ao projeto de Estado proposto, mesclando-as com as ideias do campo das novas direitas. Afinal, como ressalta Leirner (2020, p. 217), "no Exército não há desperdício ideológico. As coisas se somam umas às outras, e o que parece estar morto apenas fica em *stand-by*, para ser re-acionado assim que preciso".

Neste aspecto, cumpre observar que, logo em sua apresentação, o documento esclarece que "Projeto de Nação é um nome consagrado na sociedade, cujo significado mais preciso reflete, na realidade, o que seria uma Estratégia Nacional (ou Política Nacional, ou Grande Estratégia, ou ainda, Plano de Estado)" (PROJETO DE NAÇÃO [PN], 2022, p. 4). Para tanto, a Estratégia Nacional (EN) determina as ações necessárias, tomando-se em conta os Objetivos Nacionais pré-estabelecidos, que são considerados dentro de eixos estratégicos (como, por exemplo, "Geopolítica Mundial") referentes a temas específicos ("Coesão nacional" e "Sentimento coletivo de Pátria") sobre os quais são estabelecidas diretrizes políticas que buscam mobilizar os recursos e meios necessários para a sua consecução. Todo esse processo visa, em última análise, ao "desenvolvimento, segurança e bem-estar da Nação" (PN, 2022, p. 28).

Esta organização remete a perspectivas caracteristicamente militares, ainda que não exclusivamente. A própria noção de que o documento se constitui numa Grande Estratégia explicita isso: o termo, apesar da existência de definições distintas, tipicamente se refere à coordenação conjunta, realizada pelo Estado, de variáveis sociais, econômicas e políticas que são mobilizadas para constituir e aumentar o poder político-militar de um país (RIBEIRO, 2018). A consequência lógica desse processo aponta fundamentalmente à um fim: a garantia da soberania nacional. Não à toa, esse é o único dos "cinco fundamentos da República Federativa do Brasil" (PN,

2022, p. 13), estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que é mencionado em todo o documento[3].

Dessa maneira, uma questão subjacente a todo o documento é a proteção da soberania nacional frente à ação das potências estrangeiras, cujos interesses colidem com aqueles do país. Evidentemente, essa perspectiva ressalta a ideia da necessidade de prover "segurança", que funciona como o elemento fundamental norteador de grande parte das diretrizes propostas. Cabe destacar que esta noção é muito mais ambígua e ampla que a ideia de "defesa", envolvendo as percepções (reais ou imaginárias) dos atores que as definem (SAINT PIERRE, 2011): nesse sentido, as ameaças à "segurança" podem emergir das mais variadas esferas (econômica, social, ambiental etc.) que demandam recursos e medidas extraordinárias, que fogem dos procedimentos usuais de decisão política, para lidar com elas, incluindo o uso de meios militares (BUZAN, WEAVER, WILDE, 1998) – o que pode levar à militarização das respostas e atuação do Estado.

Outro aspecto importante é recordar que a identificação da necessidade da adoção de uma Grande Estratégia, delineada nesses termos e objetivando a segurança nacional, não é novidade no caso brasileiro. O então coronel Golbery do Couto e Silva já defendia esta ideia na década de 1950 em seus trabalhos de geopolítica. Frente ao quadro da Guerra Fria, propunha a adoção de uma Grande Estratégia que estabelecesse a coordenação as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visavam a consecução dos objetivos nacionais, considerando o quadro de ameaças à segurança nacional do contexto internacional. Suas ideias foram fundamentais para a construção da perspectiva brasileira da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que serviu de elemento ideológico de uma cosmovisão militar que justificou e fundamentou sua ação política e dinâmica institucional durante Ditadura Militar de 1964-1985 (COELHO, 2000; ALVES, 1989; OLIVEIRA, 1987).

Assim, o Projeto de Nação propõe uma reorganização institucional e política do Estado brasileiro, tendo em vista assegurar a autonomia/soberania nacional frente a um cenário multipolar conflitivo e marcado por grandes incertezas. Se de um lado o documento reconhece a existência de ameaças mais clássicas, na forma da ação direta das potências ao país e ao seu entorno estratégico e que, por esta razão, demandam

[3] É bastante simbólico apontar os fundamentos omitidos: a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e, por fim, o pluralismo político (BRASIL, 2022).

ações mais tradicionais de construção de um poder militar de caráter dissuasório[4], a maior ameaça destacada é a atuação do *movimento globalista*, adversário insidioso de origem e inspiração internacionalista, mas que se expressa, na ação prática, na velha fórmula do "inimigo interno".

Essa visão é explicitada logo na primeira parte do documento, Cenário Foco, que constitui uma espécie de síntese da cosmovisão dos autores. Sob a forma de uma projeção de cenário futuro, a análise de conjuntura que abre o Projeto de Nação identifica, de modo imediato, não apenas este inimigo conspiratório internacional – o globalismo, que busca subverter a liberdade e impor normativas autoritárias a todos os seres humanos –, mas, também, suas armas políticas e retóricas – as pautas das minorias e o ambientalismo:

> Os obstáculos, contudo, têm sido enormes, dentre eles o chamado *globalismo* – movimento internacionalista cujo objetivo é determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários. (...) O argumento central do *globalismo* é que problemas cada vez mais complexos – como crises econômicas, proteção do meio ambiente e os direitos das minorias – requerem um processo centralizado de tomada de decisões, em nível mundial. (PN, 2022, p. 11-12)

O argumento da existência de um movimento globalista internacional enquanto um empecilho fundamental à construção do desenvolvimento e autonomia nacional é retomado pelo documento no eixo "Geopolítica Mundial" em seu Tema 2, "Movimento Globalista Mundial". Novamente, os autores se dedicam a definir o globalismo, agora vinculando-o às elites financeiras transnacionais que, eventualmente, estariam aliadas a países centrais, ONGs e organismos multilaterais (inclusive a ONU), com vistas à implantação de um governo mundial. Aos organizadores da conspiração internacional é dado o nome genérico de Elite (às vezes seguido pela qualificação Financeira, às vezes Globalista), frisado repetidamente ao longo do texto (em oposição, por dedução lógica, ao povo, oprimido por ela):

[4] O documento propõe medidas de fortalecimento do poder militar e científico do país, de forma a desenvolver uma "dissuasão extrarregional em face de potências". Não obstante, a única diretriz que trata sobre os meios militares clássicos aponta para a necessidade de criar um "Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e de Negação de Área", sem definir exatamente quais serão os elementos desse sistema (PN, 2022, p. 85-86).

> O globalismo é um movimento internacionalista, cujo objetivo é massificar a humanidade, progressivamente, para dominá-la; determinar, dirigir e controlar, tanto as relações internacionais, quanto as dos cidadãos entre si, por meio de intervenções e decretos autoritários. No centro do movimento está a *Elite Financeira Mundial*, ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos transnacionais e outros entes megacapitalistas, com extraordinários recursos financeiros e econômicos. O argumento central do globalismo é de que lidar com problemas cada vez mais complexos, como crises econômicas, proteção do meio ambiente, direitos humanos e outros, requer um processo centralizado de tomada de decisões em nível mundial. É comum a *Elite* cooptar, aliar-se ou se alinhar com potências mundiais, organismos internacionais e ONGs, haja vista a capacidade desses entes de se projetarem em escala global. No entanto, não é normal o consenso interpotências em diversos temas da Agenda Global, dificultando a constituição do governo mundial. Tais alianças, mesmo circunstanciais, permitem a projeção da *Elite* em países ou regiões para garantir interesses comuns, daí elas financiarem lideranças nacionais, não importando as ideologias que professem. (PN, 2022, p. 30)

A noção de que o globalismo é um movimento internacional cujo objetivo é impor diretrizes gerenciais a todos os países do mundo, em aliança com as elites, é um traço distintivo das novas direitas em todo o mundo (SEDGWICK, 2019; TEITELBAUM, 2020). A partir da influência de Paul Gottfried – para quem tanto o liberalismo progressista como o marxismo seriam mobilizados por uma elite administrativa global para destruir as identidades e valores locais e comunitários, de modo a consolidar o controle de um Estado gerencial multicultural-democrático (BARTEE, 2019) –, Olavo de Carvalho sustenta que a conspiração no Brasil, capitaneada pelos comunistas desde a fundação do PCB em 1922, faz parte de uma estratégia de constituição de um governo mundial:

> Com grande frequência vejo liberais e conservadores repetindo os slogans mais estúpidos do globalismo, como por exemplo o de que certos problemas —narcotráfico, pedofilia etc. — não podem ser enfrentados em escala local, requerendo antes a intervenção de uma autoridade global. O contrassenso dessa afirmativa é tão patente que só um estado geral de sonsice hipnótica pode explicar que desfrute de alguma credibilidade. Aristóteles, Descartes e Leibniz ensinavam que, quando você tem um problema grande, a melhor maneira de resolvê-lo é subdividi-lo em unidades menores. A retórica globalista nada pode contra essa regra de método. Ampliar a escala de um problema jamais pode ser um bom meio de enfrentá-lo. (...) Que o globalismo é um processo revolucionário, não há como negar. E é o processo mais vasto e ambicioso de todos (CARVALHO, 2013, p. 128)

O argumento, aliás, aparece replicado quase *ipis litteris* no Projeto de Nação: o fundamento da atuação do movimento globalista, em sua estratégia de destruir a

soberania das nações, estaria ancorado na hipótese de que problemas nacionais cada vez mais complexos "requerem um processo centralizado de tomada de decisões, em nível mundial" (PN, 2022, p.12).

Note-se também que a menção aos movimentos ambientalista e de minorias se destaca no eixo "Segurança e Defesa Nacional" ao abordar a questão da Amazônia, um tema sensível no léxico castrense. A preocupação com a segurança da região e sua integração com o restante do país remonta as obras geopolíticas militares desde a década de 1930 (MIYAMOTO, 1981), ganhando considerável importância dentro dos projetos de desenvolvimento nacional do período da Ditadura Militar (BECKER, 2009), mas passou a ter uma centralidade maior no debate castrense a partir da década de 1990, quando a Amazônia foi ressignificada no pensamento militar e deu um novo senso de missão e propósito para as Forças Armadas numa época de crise de identidade pós-Guerra Fria (MARTINS FILHO, ZIRKER, 2000; MARQUES, 2007, LEIRNER, 2020).

O tema também ganhou considerável espaço nas discussões dos grupos de extrema-direita castrense, particularmente no Clube Militar durante a gestão do general Hélio Ibiapina na década de 1990, que passaram a difundir ideias que apontavam que a atuação de ONGs, movimentos ambientalistas e, em particular, os de direitos indígenas, representavam um esforço renovado da ação comunista com propósito de violar a soberania nacional. Com isso, operava-se no nível do discurso ideológico, de um lado, a superação as doutrinas da Guerra Fria (que ficam suspensas até poderem ser reaproveitadas) e sua substituição por uma nova guerra assimétrica de resistência contra as potências estrangeiras, que manipulariam as ONGs e movimentos ambientais/indígenas, dando, assim, um novo senso de unidade aos militares (SANTOS, 2009; LEIRNER, 2020; CHIRIO, 2021).

O Projeto mostra esses elementos na sua avaliação e discurso sobre a problemática da Amazônia. Há um entendimento da necessidade de integrar a região com os demais centros populacionais e "ao núcleo de poder nacional" (PN, 2022, p. 83), sobretudo a partir de obras de infraestrutura e transportes, de forma a assegurar o desenvolvimento econômico regional. Essas diretrizes básicas mostram uma estratégia de ocupação da região que evoca grandes similaridades ao implementado durante o regime militar (BECKER, 2009). Os óbices ao processo, por sua vez, representam as preocupações com a atuação de movimentos ambientais e sociais que

supostamente estariam sob controle do movimento globalista. Assim, o documento lista, por exemplo, "falta de consenso sobre os modelos de desenvolvimento das 'diferentes amazônias' de nossa Amazônia", a "falta de consenso sobre as reais consequências climáticas da ocupação e exploração da Amazônia" e, em especial, "influência de interesses político-partidários, com prejuízo dos coletivos regionais e nacionais" e da "ingerência internacional na região, com a participação de atores estatais e não-estatais, inclusive de organismos internacionais, e de segmentos internos com forte poder midiático e político" (PN, 2022, p. 84-85).

Se, por um lado, a existência de um movimento subversivo mundial – o globalismo – seria um obstáculo importante ao desenvolvimento e à soberania do Brasil, haveria, sobretudo, um inimigo interno imediato, responsável pelo atraso brasileiro em vários âmbitos (econômico, político, educacional, ético etc.) e em íntima articulação com a elite globalista: as ideologias utópicas e radicais, professadas por uma vasta gama de professores(as) e intelectuais, que deteriam a hegemonia nas instituições de ensino do país (em especial, escolas e universidades), e, a partir dela, utilizariam sua função precípua para a doutrinação radical, inviabilizando o aprendizado e destruindo a coesão nacional, dada a natureza fragmentária do radicalismo. Aparecem, aqui, outros dois argumentos centrais ao *Weltanschauung* das novas direitas: a hegemonia radical (ou esquerdista-marxista) nas instituições de ensino, e a doutrinação como estratégia de luta política escamoteada ou lavagem cerebral. Esse raciocínio aparece, inicialmente (e de modo mais superficial), no Cenário Foco, quando os autores discutem as razões pelas quais o Brasil avançou na formação de novas lideranças políticas e sociais, comprometidas com o combate à corrupção, e, em seguida (na mesma seção), quando analisam as razões pelas quais o país apresentava problemas estruturais de ensino:

> Há décadas que a maioria da população brasileira — ou, pelo menos, a maioria das pessoas que ocupam posição de destaque em seu ambiente social ou de trabalho — considera que a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) é o tema mais importante para o desenvolvimento do Brasil. No entanto, há tempos uma parcela de nossas crianças e adolescentes sofria com a ideologização do sistema educacional, com a doutrinação facciosa efetuada por professores militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais, com prejuízo da qualidade do ensino. Foram décadas de atraso, que condenaram o País ao subdesenvolvimento e à baixa produtividade (PN, 2022, p. 19)

A avaliação de que as instituições de ensino haveriam se convertido em espaços de doutrinação ideológica não se resume às escolas:

> Quanto à Educação Superior, o quadro não era muito diferente. Amplos setores das Instituições de Ensino Superior (IES) – principalmente as públicas – transformaram-se em centros de luta ideológica e de doutrinação político-partidária. Em sala de aula, pouco era feito no sentido de transmitir os conteúdos, ensinar o aluno a pensar, orientar as pesquisas sobre as diversas correntes de pensamento e elucidar sobre como realizar as melhores análises, buscando as opções de vida mais favoráveis, segundo as crenças e convicções de cada aluno. Tudo era feito para que o aluno fosse obrigado a pensar exatamente como pensava o professor, caso contrário não conseguiria se formar e tampouco seria aceito pelo grupo (PN, 2022, p. 20)

A hipótese de que as instituições de ensino no país são hegemonizadas por professores(as) radicais que doutrinam os(as) alunos(as) aparece, ainda, por diversas vezes ao longo do texto, de modo transversal. Ou seja, aparece como a raiz de problemas bastante variados, desde o baixo desempenho escolar até a falta de coesão nacional e a corrupção generalizada. No tema "O Futuro da Democracia no Ocidente", essa questão aparece nas Diretrizes 1 e 3, que estabelecem como objetivos: "aperfeiçoar o sistema de ensino por meio do fortalecimento do sentimento cívico, da cidadania, dos valores morais e éticos, bem como da qualidade da aprendizagem" (PN, 2022, p. 32), e "neutralizar o poder político e social das correntes de pensamento radical, sectárias, não democráticas, que dividem a Nação, comprometendo a sua coesão e, em consequência, a capacidade de enfrentar os desafios internos e externos" (PN, 2022, p. 32).

Na sequência, ainda como uma ameaça à democracia ocidental, o argumento reaparece no óbice 4:

> Ideologização nociva dos sistemas de ensino e cultura, com os escalões superiores dominados por lideranças ideológicas, radicais e sectárias, não democráticas, o que colabora para a polarização da Nação, enfraquecendo sua capacidade de enfrentar o jogo de poder mundial (PN, 2022, p. 33)

No Tema "Corrupção no Brasil", essa hipótese aparece também nas diretrizes políticas prescritas pelo documento e nos óbices apresentados pela conjuntura brasileira, ou seja, "coibir a pregação ideológica radical" (PN, 2022, p. 44) em todos os níveis de ensino, aparece como uma estratégia central de combate à corrupção, já

que seu alcance ideológico e seu enraizamento social estariam na origem da nossa decadência:

> O poder de ideologias radicais, utópicas e liberticidas, particularmente nos Sistemas de Ensino e Cultura, cujo discurso se ampara na relativização dos valores morais, da ética, da justiça e do exercício da liberdade com responsabilidade, pois não é um valor absoluto do cidadão, mas sim relativo, haja vista ser limitado pela liberdade do próximo (PN, 2022, p. 45)

O último momento em que esse argumento é mobilizado – e, aqui, de maneira central ao argumento desenvolvido na seção – é no Tema "Coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria", e aparece, novamente, tanto nas diretrizes como nos óbices. Dois elementos merecem especial atenção: em primeiro lugar, o fato de que o grande objetivo da construção da coesão nacional, a partir da massificação de um sentimento patriótico, seja o sucesso do modelo econômico liberal, e, em segundo lugar, a mobilização do conceito de "revolução cultural", ideia-força central para a linguagem política das novas direitas, popularizada por Olavo de Carvalho. Aparecem, como diretrizes: "neutralizar o poder das correntes de pensamento ideológico radical e utópico, que advogam antivalores culturais brasileiros, bem como um estado centralizador e gestor do desenvolvimento e do bem-estar da população" (PN, 2022, p. 46); e "combater a revolução cultural promovida pelas correntes ideológicas radicais" (PN, 2022, p. 46).

A hipótese de que as instituições de ensino e cultura do Brasil estariam hegemonizadas pela esquerda, que operaria uma estratégia de doutrinação, é um elemento amplamente aceito pelas várias expressões das novas direitas no país (CHALOUB, PERLATTO, 2015; SILVA, 2021b) e tem sua origem nas formulações de Olavo de Carvalho, para quem essas instituições teriam se convertido no intelectual coletivo gramsciano (CARVALHO, 1999), que, a partir da ação psicológica escamoteada, atuaria no sentido de subverter os pilares morais e culturais do país como forma indireta de luta contra o capitalismo (CARVALHO, 1994):

> Jornalistas, cineastas, músicos, psicólogos, pedagogos infantis e conselheiros familiares representam uma tropa de elite do exército gramsciano. Sua atuação informal penetra fundo nas consciências, sem nenhum intuito político declarado, e deixa nelas as marcas de novos sentimentos, de novas reações, de novas atitudes morais que, no momento propício, se integrarão harmoniosamente na hegemonia comunista (CARVALHO, 1994, p. 41)

Há duas reflexões centrais na obra de Olavo de Carvalho que também aparecem de modo central no Projeto de Nação: em primeiro lugar, a esquerda (que aparece, no documento, sob o signo radicalismo) estaria, por um lado, equivocada do ponto de vista epistemológico, já que, focada no devir e nos esforços de construção de um mundo à sua imagem e semelhança, deixaria de encarar o mundo como ele de fato é – utópica, portanto (como aparece no documento) –, mas seria, também, moralmente vil, na medida em que buscaria, ativamente, destruir – de modo escamoteado sob o manto do politicamente correto – os valores morais que sustentam a civilização ocidental (CARVALHO, 1994, 1998b, 1999); e, em segundo lugar, a estratégia utilizada pela esquerda em sua luta pelo poder seria a desconstrução de todo o patrimônio cultural acumulado pela civilização ocidental e cristalizado no senso comum, tornada possível por meio de sua posição privilegiada: o monopólio das instâncias produtoras de cultura (CARVALHO, 1994, 1998b, 1999).

A estratégia de ação atribuída ao movimento globalista e ao radicalismo evoca a teoria da Guerra Revolucionária, quase numa espécie de reedição desta com termos atualizados do léxico das novas direitas[5]. Essa modalidade de conflito era marcada por uma combinação particular de política, ideologia e operações militares, inspirada e financiada do exterior com o objetivo de disputar, de maneira gradual, o controle da nação e do Estado. Nesse sentido, conforme ressaltam seus teóricos, o embate clássico de forças tradicionais nas fronteiras territoriais dava espaço para um novo contencioso que se dava dentro de "fronteiras ideológicas", localizadas dentro do Estado a partir da atuação de um inimigo interno e da agressão indireta (MARTINS FILHO, 2008; ALVES, 1989).

Assim, a guerra revolucionária enfatiza o uso da "arma psicológica", buscando conquistar corações e mentes entre a população do país-alvo e fomentar dissensões, preparando o terreno para uma eventual ofensiva de caráter subversivo por meio de manifestações e tumultos que, aos poucos, enfraqueçam a capacidade de reação do Estado. Assim, o foco das ações do inimigo ocorre sobre a população alvo, utilizando para isso as vulnerabilidades do sistema democrático e das divergências domésticas. Após esta primeira fase, que busca destruir a coesão moral e física da população, o

[5] Leirner (2020) observa que muitos dos elementos da teoria da guerra revolucionária foram apropriados pela perspectiva da guerra híbrida, atualizando seus elementos, mas mantendo suas orientações fundamentais.

inimigo avança para a sua segunda, de caráter construtivo, no qual busca construir uma sociedade totalitária (MARTINS FILHO, 2008; ALVES, 1989).

A reinterpretação desses pressupostos reflete a cosmovisão de importantes setores das Forças Armadas e tem impactos significativos na mobilização e construção de uma coesão visando sua atuação política. De um lado, essa compreensão recicla grande parte do ideário anticomunista castrense, que foi mobilizado durante nossa história política para justificar diversas intervenções militares (MOTTA, 2020; LEIRNER, 2020). Nesse sentido, correspondem, de certa maneira, ao esforço realizado por militares de extrema-direita que, no período pós-1985, estabeleceram organizações e grupos de pressão que buscavam divulgar a ideia de que a ameaça comunista e sua ação de guerra revolucionária continuavam vivas mas, agora, deslocavam-se para a disputa pela memória e pela cultura, desta vez sob o molde de uma "revolução gramsciana" (SANTOS, 2009; CHIRIO, 2021). Não à toa, um dos principais expoentes que traduz esta perspectiva, e que foi constantemente mobilizado por estes grupos, foi justamente Olavo de Carvalho.

A questão cultural e dos valores também é um ponto sensível dentro da caserna, invocando a ideia de que são os portadores autênticos dos valores e do espírito nacionais, o que evidentemente os colocaria em posição privilegiada nesse embate. Em termos institucionais, as organizações militares no Brasil e alhures tipicamente esposam valores que ecoam uma imagem positiva por parte da sociedade: a ideia de coletividade e solidariedade, sacrifício, abnegação, ordem, coragem, honra, dever, patriotismo e respeito às tradições e às hierarquias, entre outros. Em contraste, os civis são vistos tipicamente como dotados de valores inversos, marcados por serem egoístas, materialistas, indolentes e hedonistas. Neste sentido, Janowitz (1967, p. 245) aponta que o treinamento militar visa, entre outros aspectos, a "corrigir as fraquezas, sociais e morais, geradas pela sociedade civil" em seus recrutas e cadetes[6]. Essas visões distintas de mundo provocavam choques e reclamações dos militares de que se sentiam vítimas das armações e ambições desmedidas dos civis (HUNTINGTON, 2002; JANOWITZ, 1967; FINER, 2006)[7].

[6] A mesma noção também se expressa na formação dos oficiais na AMAN (CASTRO, 2004).
[7] Para Finer (2006), inclusive, a questão dos valores também poderia ser capitalizada enquanto um ativo para justificar e legitimar a intervenção política militar junto à sociedade.

Tais perspectivas são comuns também no caso brasileiro, que aqui resgata também tradições particulares do pensamento militar no país. Leirner (2020), por exemplo, recorda que há uma grande reminiscência da influência positivista no Exército que se manifesta na ideia de que os quartéis são "escola de civismo". A DSN, por sua vez, também incorporava teses positivistas em sua formulação ideológica (COSTA, 2010) e destacava o papel dos valores da caserna na preparação das elites civis, já que entendiam que os militares encarnavam as qualificações morais e considerações políticas para lutar pelo bem comum: seriam, portanto, a única elite autêntica, a quem caberia o papel de dar a formação político-pedagógica para as elites civis (OLIVEIRA, 1987).

Assim, na visão da extrema-direita militar, há uma noção de que a caserna representa a última trincheira da ordem e da moral contra a ofensiva comunista (ou globalista, nos termos contemporâneos), que foi enfatizada tanto nas obras de Olavo de Carvalho como do general Avellar Coutinho (CHIRIO, 2021)[8], o que naturalmente os colocaria num papel bastante relevante nos esforços de fortalecer a coesão nacional e sentimento coletivo de Pátria, embora o Projeto não indique isso diretamente na discussão do tema deste mesmo nome.

O argumento de que haveria um culto ao banditismo por parte da intelectualidade hegemônica no país – inclusive, com a anuência de parte do Judiciário –, vinculado à retórica da inversão de valores como origem da corrupção e da degradação social, aparece algumas vezes ao longo do documento, e, pela primeira vez, logo na seção introdutória:

> Até o final dos anos 2010, a criminalidade e a violência cresciam constantemente, com a leniência de setores do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública que viam a criminalidade como fruto da luta de classes, onde os criminosos eram qualificados como vítimas e suas vítimas encaradas como opressores. (PN, 2022, p. 24)

Segundo esse argumento, intimamente vinculado à retórica da hegemonia "utópica e radical" nas instituições de ensino e cultura no país, a cultura hegemônica no Brasil até o final da década de 2010 (até a eleição de Bolsonaro para a Presidência da República, ainda que não haja menção direta) estaria pautada numa inversão de

[8] Para uma discussão mais aprofundada sobre atuação do general Sérgio Avellar Coutinho e Olavo de Carvalho no pensamento militar contemporâneo, ver Costa Pinto (2021).

valores, trocando as posições sociais e imagéticas entre criminosos e suas vítimas, glorificando e protegendo os primeiros às custas das segundas. Aqui aparece, ainda, um elemento que merece atenção: embora o texto evite, a todo tempo, qualificar a hegemonia radical e a doutrinação como pertencentes ao campo da esquerda, a mobilização, aqui, do conceito de luta de classes não deixa dúvidas.

De modo menos direto, o mesmo argumento aparece em várias diretrizes e óbices dentro dos temas "O Futuro da Democracia no Ocidente", "Corrupção no Brasil" e "Coesão nacional e Sentimento coletivo de Pátria": em todos os casos, o argumento da inversão de valores aparece como glorificação do banditismo, por parte da cultura hegemônica no Brasil, enquanto uma estratégia da revolução cultural empreendida por militantes dessas correntes ideológicas radicais e utópicas. A solução aparece, quase sempre, na forma de "fortalecer o espírito cívico, patriótico e os valores morais e éticos da sociedade, com vistas a recuperar a coesão nacional" (PN, 2022, p. 31) ou "aprimorar a formação moral, ética e cívica dos educadores e agentes do Estado" (PN, 2022, p. 31). A concepção de que a disputa cultural rumo à massificação de um conjunto de valores é precondição para a concretização dos objetivos políticos elencados no Projeto de Nação – definida, aqui, como o *framework* metapolítico (elemento crucial na constituição da estratégia política das novas direitas) – aparece em todos os temas como uma diretriz para a efetiva construção de uma hegemonia em torno da Estratégia Nacional.

A retórica da inversão de valores por parte do radicalismo (de esquerda), heroicizando o banditismo e criminalizando as vítimas, também encontra eco na linguagem política das novas direitas (CHALOUB, PERALTTO, 2015; ROCHA, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019; SILVA, 2021b): a glorificação do chamado banditismo social, compreendido como uma reação dos oprimidos contra os ricos e poderosos, seria mais uma estratégia de guerra cultural da esquerda para a corrosão dos valores ocidentais:

> Mais tarde ainda, a fusão do gramscismo com resíduos do marcusismo transformaria num dos pratos de resistência do cardápio esquerdista a defesa da legitimidade do banditismo como "protesto social", que, formando polaridade com a onda de combate moralista aos "colarinhos brancos", estabeleceria uma dupla moral para o julgamento dos crimes: brando para com o Lumpen, mesmo quando este mata ou estupra, rigoroso para com os ricos e a classe-média, quando cometem delitos contra o patrimônio - a mais

> curiosa inversão já observada na história da moralidade (CARVALHO, 1994, p. 47-48)

A identificação da arena cultural como o lócus privilegiado de disputa política compõe um elemento chave das novas direitas no mundo todo (TEITELBAUM, 2019; TRAVERSO, 2021) e aparece, no Projeto de Nação, tanto como uma estratégia utilizada pelas correntes radicais e utópicas, como, de modo transversal, como a estratégia que deveria ser adotada pelos conservadores-liberais como forma de construção hegemônica. Embora Olavo de Carvalho não seja o autor dessa reflexão, ele foi bastante bem-sucedido em traduzir (em sentido gramsciano), para o contexto brasileiro, uma série de argumentos mobilizados pelas direitas radicais do final do século XX nos Estados Unidos e na Europa. A noção de marxismo cultural – uma reedição contemporânea da retórica do bolchevismo cultural, nos anos 1920 e 1930 – foi adaptada a partir das contribuições de três autores conservadores dos Estados Unidos: William S. Lind, Patrick J. Buchanan, e Paul Gottfried (SILVA, 2021b).

Diante da atuação do inimigo a partir desta lógica de disputa cultural, marcada pela ação a partir de "operações psicológicas" centradas na esfera "psicossocial" da população, o embate passa necessariamente sob o campo da informação, no qual as forças do Estado também precisarão utilizar as mesmas armas psicológicas de seus adversários. Como ressaltam tanto as perspectivas da guerra revolucionária como da híbrida, de um lado é preciso preparar ideologicamente as próprias forças, de maneira a garantir a coesão do conjunto da nação (e, particularmente, das próprias Forças Armadas) para o contencioso e, de outro, criar um poderoso sistema de informação capaz de antecipar os passos do inimigo, organizado uma iniciativa conjunta por parte dos poderes do Estado – já que este tipo de embate supera as atribuições militares tradicionais (MARTINS FILHO, 2008; LEIRNER, 2020).

No passado, essa organização se estruturou na forma da DSN, que se estabelecia enquanto uma política global do Estado de forma a coordenar a direção política do país de acordo com os Objetivos Nacionais e a segurança nacional, articulando uma elite civil-militar que teria como objetivo assegurar o desenvolvimento econômico, político e social do país. Em termos institucionais, era indispensável o planejamento da segurança nacional e a criação de um eficiente sistema de informações sobre todos os setores da sociedade civil: afinal, a perspectiva

da guerra revolucionária implicava numa necessidade de constante vigilância sobre as ações subversivas do inimigo capaz de identificá-las e neutralizar suas operações psicológicas. Como corolário, este processo implicava numa centralização do poder e as forças responsáveis pela coordenação dos esforços repressivos e de inteligência se tornavam os detentores *de facto* do poder político do Estado (OLIVEIRA, 1987; ALVES, 1989).

A imagem desse arcabouço institucional traz grandes similaridades com o desenho proposto pelo Projeto de Nação. Conforme o documento explica, a proposta é "atualizar a estrutura e organização do Estado e do governo, de modo a regulamentar as mudanças necessárias à implementação das medidas propostas" (PN, 2022, p. 39). A coordenação dos esforços prevista pela EN pressupõe a implantação de um Centro de Governo (CdG), órgão responsável pela elaboração, avaliação e implementação de diretrizes e estratégias em acordo com os Objetivos Nacionais, atuando diretamente na coordenação dos ministérios de forma a garantir o alinhamento de suas medidas conforme os pressupostos estabelecidos pelo Projeto. Para isso, o documento prevê a elevação da Secretaria de Assuntos Estratégicos a nível ministerial, cujo papel seria justamente "coordenação a formulação da EN e integrar o CdG" (PN, 2022, p. 39).

Complementando o CdG, o Projeto ainda sugere a criação do Sistema Integrado de Gestão Estratégica (SIGE-BR), que tem como objetivo:

> oferecer orientações e claras linhas mestras de atuação, com apoio de técnicas e ferramentas plenamente aderentes, apropriadas e adaptáveis à realidade dos diferentes contextos ambientais ou regionais e de cada organização em particular. Com ela, o CdG tem trabalhado para monitorar os cenários prospectivos e a evolução diária e imediata da conjuntura, assessorando o mais alto nível de governo em face das ameaças e oportunidades. Além disso, tem atuado para orientar as estratégias governamentais e setoriais em execução, buscando coordená-las e convergi-las para garantir a consecução dos objetivos nacionais (ou políticos) (PN, 2022, p. 14-15).

Fica evidente a centralização do poder nesses órgãos, que ainda apresentam algumas particularidades notáveis que lhes permitem tornar-se, *de facto*, o núcleo do poder político do Estado. Conforme o Projeto ressalta em várias passagens, uma característica marcante do CdG é o fato de sua organização ser dotada de flexibilidade, e que, por esta razão, estaria preparada para "contemplar as mudanças típicas da alternância de poder de uma democracia" (PN, 2022, p. 14). Ou seja, a

despeito da alternância de poder ou de programas de governo, o CdG continuaria a manter uma primazia quanto à condução e coordenação das medidas previstas pela EN para a consecução dos Objetivos Nacionais. A única função prevista para a Presidência da República (e, ressalte-se, única menção ao cargo em todo o documento) que teria algum poder decisório seria nos casos em que surgissem impasses quanto às medidas a serem tomadas que mesmo o CdG fosse incapaz de solucionar (PN, 2022).

Os autores do Projeto reconhecem que este processo redundaria em resistências tanto na estrutura administrativa do Estado como na sociedade civil, mas, no entanto, ressaltam que esses óbices seriam resultado de vícios e características culturais da população e elites brasileiras, "como a falta de visão sistêmica e holística dos desafios que o Brasil precisa enfrentar na esfera estratégica de governo", a "persistente descrença no empreendedorismo, e no futuro da nação", o "vício de improvisar, herdado da colonização portuguesa, que continua impregnado na cultura nacional" e a constatação de que o "personalismo do brasileiro é um comportamento egoísta, antítese do altruísmo, que dificulta a cooperação em equipe e a integração de esforços, mesmo se determinado por escalões superiores". A isso se somava o "perfil patrimonialista de grande parte de nossas elites, caracterizado pela promiscuidade nas relações público-privadas, indicando que elas reagirão à implantação do Sistema em pauta, por ser uma ameaça ao seu poder" e, por fim, "ministros e secretários excessivamente ciosos da autonomia na gestão dos seus cargos" (PN, 2022, p. 42).

Essas constatações remetem à ideia da ausência de uma elite capaz de dirigir o projeto político almejado pela EN, um tema que remonta às ideias do conservadorismo de Alberto Torres e Oliveira Vianna e que encontrou grande expressão nas ideias da DSN. De acordo com ela, um dos principais desafios ou óbices ao país era o fato de nossas elites (civis) serem insensíveis, egoístas e incapazes de agir de forma estratégica. Por esta razão, a DSN enfatizava a organização e articulação de uma elite civil-militar governante, cabendo aos militares adestrar, escolher e esclarecer os civis (já que nem sempre estariam aptos), e à elite civil-militar governante definir os Objetivos Nacionais e a direção dos esforços nacionais (OLIVEIRA, 1987).

Esse último tópico, aliás, toca em uma questão importante do próprio Projeto de Nação. Afinal, quem estabelece quais são os Objetivos Nacionais a serem perseguidos pela EN? A resposta aparece logo na apresentação do documento: "a Coordenação do Projeto definiu e propôs os mencionados Objetivos Nacionais e Diretrizes Político-Estratégicas" a partir da "metodologia (...) desenvolvida pelo Instituto Sagres, [que] implica um denso diagnóstico de desafios nacionais e internacionais, aqui traduzidos como Temas Estratégicos de alta relevância para o País" (PN, 2022, p. 4). Novamente, aqui se encontra outro eco da lógica da DSN: como lembra Oliveira (1987, p. 72), a definição dos Objetivos Nacionais era atribuição exclusiva da elite, que os determinava em nome da população "através dos métodos que a ESG lhe assegura".

Ainda no que se refere ao desenho institucional proposto pelo Projeto, há uma ênfase significativa no fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) (Tema 33). De acordo com o documento, o órgão busca não apenas "contribuir para a defesa do Estado e da sociedade" como também para "subsidiar o processo decisório do mais alto nível". Assim, como diretrizes, ressaltam-se os esforços direcionados a "aumentar e consolidar a integração dos componentes do SISBIN entre si e com o núcleo decisório do poder nacional", "aumentar e consolidar a credibilidade e o prestígio do Serviço de Inteligência de Estado" e "promover o aperfeiçoamento da atividade de Contrainteligência, inclusive a orgânica" (PN, 2022, p. 87).

A extensão da influência, autonomia e das atribuições desse órgão nem sempre é evidente, mas fica claro que a área de inteligência teria uma considerável importância na estrutura do Estado. Isso fica patente quando o documento aponta a necessidade de "atualizar a legislação que regula a atividade de Inteligência (...) para garantir segurança jurídica para o seu exercício" e ressalta como grandes óbices a "falta de segurança jurídica e de maior liberdade de ação para o exercício das atividades de Inteligência", a "falta de compreensão das finalidades do SISBIN ou, ainda, preconceito de membros da Comissão Parlamentar Mista de Controle da Atividade de Inteligência" e, de maneira geral, o "preconceito contra as atividades de Inteligência do Estado em segmentos importantes da sociedade civil e das lideranças nos âmbitos público e privado" (PN, 2022, p. 87-88).

A justificativa apresentada para o estabelecimento desse sistema de informações se encontra na "mudança de percepção da sociedade e da liderança

nacional, que tomaram consciência da relevância estratégica da Inteligência para a segurança do País". A ideia de operações psicológicas, enfatizada tanto pela teoria da guerra revolucionária como pela guerra híbrida, é relevante na constituição dessa estrutura, como mostram as dificuldades apontadas que incluem a "deficiência nas ações de Contrainteligência aplicadas às ameaças internas e externas, principalmente no campo psicossocial" e "dificuldade em limitar influências ideológicas nas atividades de Inteligência, com prejuízo para a tomada de decisões focadas apenas no interesse nacional" (PN, 2022, p. 88). Novamente, essas visões remontam as antigas ideias preconizadas pela DSN, que considerava indispensável o planejamento coordenado da segurança nacional junto a um eficiente sistema de informações sobre todos os setores da sociedade civil e do Estado como forma de monitorar e reprimir a ações inimigas (ALVES, 1989). Vale registrar que, do ponto de vista prático, a instrumentalização da ABIN durante o governo Bolsonaro enquanto uma ferramenta estratégica para a consolidação do poder da extrema-direita militar está em perfeita consonância com essas atribuições.

Ainda no campo dos sistemas de informação, o documento ressalta a necessidade do desenvolvimento de um sistema de segurança cibernética, cujo núcleo seria constituído pelo "Comando Nacional Integrado de Defesa Cibernética, congregando as Forças Armadas, o Setor Público, o Setor Privado e o Terceiro Setor". É interessante destacar que o órgão não apenas busca "neutralizar a maior parte dos ataques sofridos como, também, realizar ataques a sistemas críticos de potenciais ameaças, resultando em importante nível de dissuasão" (PN, 2022, p. 89). Ainda que saliente a necessidade de autonomia neste setor, as diretrizes incluem também a cooperação internacional.

Por fim, um último argumento mobilizado no Projeto de Nação que é compartilhado com o campo semântico das novas direitas – e, neste caso, o núcleo duro do seu arcabouço ideológico – é a defesa de uma síntese entre liberalismo econômico e conservadorismo moral como a expressão ideológica por excelência da maioria da população brasileira, e, por extensão, o *leitmotiv* do projeto de Estado encarnado no documento. Sua primeira aparição é, também, na seção de análise de conjuntura:

> Assim é que, nas últimas duas décadas, sucessivas manifestações de grande porte tiveram, como ator coletivo, significativa parcela do povo que hoje se identifica como conservador e liberal, pressionando por mudanças estruturais no sistema de educação e no sistema político, em um processo que culminou com o despontar de novas lideranças. (PN, 2022, p. 12)

Embora ancoradas nessa simbiose conservadora-liberal, essas novas lideranças são apontadas como de perfil mais técnico e não ideológicas, já que estariam em consonância como o espírito nacional, e não pautadas por ideologias utópicas e radicais. Logo adiante, o documento trata de definir esses conceitos:

> Mesmo considerando-se que, em pleno Século XXI, qualquer perfil político-ideológico apresenta-se com contornos de difícil definição, no caso atual é válido afirmar que os cidadãos brasileiros, em sua maior parte, identificam-se como Conservadores evolucionistas, no campo psicossocial, e liberais, porém conscientes da responsabilidade social de apoiar, com políticas públicas sustentáveis, as camadas carentes da sociedade. (...) Ser Conservador significa defender a manutenção daquilo que dá efetivo vigor às instituições sociais tradicionais, transmitindo a cada geração o que há de melhor em termos de experiência e contributos humanos, no contexto da cultura e da civilização. (PN, 2022, p. 15)

A partir dessa síntese, os autores definem duas ideias-força que poderiam aglutinar seus conteúdos e enunciados: Liberdade – política e, em especial, econômica (i.e., economia de livre mercado) – e Ordem (social e moral). A noção de um conservadorismo evolucionista é justificada pelo imperativo de adaptação às mudanças, porém de modo paulatino, ordenado e sem sobressaltos; a democracia aparece como o sistema de governo mais propício ao encontro entre liberalismo econômico e conservadorismo moral, e o direito à propriedade como o próprio fundamento da liberdade.

Duas outras reflexões contidas nesse argumento merecem destaque: em primeiro lugar, a constatação de que esse grupo social ideologicamente definido como conservador e liberal, embora já existisse, foi identificado apenas mais recentemente no país, e, em segundo lugar, que a sua ascensão para o centro da esfera pública coincide com a eleição de Jair Bolsonaro (embora nem o presidente nem seu governo sejam mencionados no texto).

> A divulgação desse perfil conservador evolucionista e liberal com responsabilidade social – antes existente, porém não identificado – contribuiu em boa medida para atenuar cisões internas em território brasileiro, particularmente em seus matizes ideológicos, étnicos e religiosos,

> com reflexos positivos para a estabilidade político-social e a projeção internacional do País. Isso foi fundamental para amenizar as graves crises provocadas pela pandemia do coronavírus, nos anos de 2020/2021, e pela pandemia do 'Xvírus', de 2027/2028. (PN, 2022, p. 16)

A síntese conservadora-liberal aparece, de modo transversal, em vários dos temas abordados pelo documento, sempre concebida como o esteio por onde o Brasil deveria caminhar para se desvencilhar das amarras ideológicas do passado. Ao apresentar um documento que constitui um projeto de Estado, os militares representados pelo documento justificam essa auto-constituída prerrogativa demiúrgica na medida em que, ao evocar o *Weltanschauung* médio dos brasileiros e brasileiras, representariam a própria encarnação do espírito nacional – tão forte na formação doutrinária dos militares brasileiros. Seria, assim, uma proposta "apartidária e sem radicalismos ideológicos, étnicos, religiosos, identitários ou de qualquer natureza" (PN, 2022, p. 27).

A ideia de um conservadorismo castrense não é uma novidade. Autores clássicos como Huntington (2002) e Janowitz (1967) inclusive apontavam que a própria profissão militar favorecia o desenvolvimento dessas perspectivas ideológicas como parte de seu *ethos* profissional. No caso brasileiro, pode-se observar uma longa tradição no pensamento político militar que incorpora os ideais conservadores com consequências políticas relevantes, como o positivismo, o anticomunismo e as contribuições de intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Vianna, alguns deles bastante influentes até hoje (CARVALHO, 2006; MOTTA, 2020; OLIVEIRA, 1987; COSTA, 2010; LEIRNER, 2020). No entanto, a perspectiva apresentada pelo Projeto de Nação ecoa, sobretudo, a tradição de um pensamento de extrema-direita, cujas raízes se encontram em setores da chamada "linha-dura" do período da Ditadura Militar e que se organizaram em associações, grupos de pressão e organizações já sob vigência da Nova República (SANTOS, 2009; LEIRNER, 2020; CHIRIO, 2021).

Nesse sentido, é significativo que esses grupos inclusive mantivessem uma relação bastante próxima a Olavo de Carvalho ao menos desde a década de 1990, convidando-o a escrever em seus jornais e fazer palestras em suas reuniões, tanto em suas associações como também em órgãos oficiais do Exército (SANTOS, 2009; LEIRNER, 2020; CHIRIO, 2021), o que serviu de ponte de contato e de entrada das ideias das novas direitas dentro da caserna.

O Projeto de Nação afirma que sua cosmovisão é idêntica à comungada pela maioria da população brasileira, identificando-a com a posição *conservadora evolucionista*. Esta é definida pela aceitação ao progresso e da evolução social, política e econômica, numa forma prudente que valorize as tradições nacionais; ou seja, conforme destacado em algumas ocasiões no documento, "o Conservador evolucionista *não é imobilista* (PN, 2022, p. 15, grifo nosso). Cabe lembrar que esta mesma definição também foi aplicada pelo general Sylvio Frota, um dos maiores representantes da extrema-direita da ditadura. Em 1977, durante uma crise de sucessão presidencial, fez a seguinte acusação:

> A esta altura dos acontecimentos, já se delineavam no seio da Revolução três grupos militares, de tendências e aspirações diferentes: *o grupo castelista, de inclinações liberais centro-esquerdistas*, em que se destacavam os generais Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Golbery, homens em geral ligados à Escola Superior de Guerra, onde iam buscar as bases de suas atividades; *o nacionalista, de fortes tinturas socialistas* com Afonso Albuquerque Lima, Euler Bentes Monteiro e outros generais, dispondo, segundo se dizia, da valiosa simpatia de Juarez Távora; e, finalmente *o grupo ortodoxo, conservador sem ser imobilista, fiel às teses do Movimento de 1964* e que tinha na sua liderança a figura dominante de Costa e Silva. (FROTA, 2006, p. 84, citado em SANTOS, 2009, p. 140)

No entorno do general, que tentou derrubar o então presidente Ernesto Geisel, grupos da extrema-direita castrense se associaram ao rótulo "filhos de Frota" e, posteriormente, seriam cruciais na organização de grupos de reservistas no pós-ditadura. O próprio Olavo de Carvalho mencionou essa mesma visão em seus discursos no Clube Militar e em outras instituições castrenses (SANTOS, 2009; LEIRNER, 2020).

No entanto, um elemento novo que surge aqui é a síntese entre o conservadorismo moral e um ultraliberalismo no campo econômico. Segundo Chaloub e Perlatto (2015), a compatibilização entre o *homo economicus* e um *ethos* conservador compõe um dos pilares das novas direitas no Brasil. Para além de aparentes contradições entre liberalismo e conservadorismo, suas expressões contemporâneas apresentam profundas afinidades de sentido (SILVA, 2021b). Olavo de Carvalho é um dos precursores dessa síntese ideológica do Brasil, e, definindo-se como um conservador, faz uma defesa enfática do mercado desregulado tanto do ponto de vista ético quanto utilitário:

> Em economia, sou francamente liberal. Acho que a economia de mercado não só é eficaz, mas é intrinsecamente boa do ponto de vista moral, e que a concorrência é saudável para todos. Há dois tipos de pessoas que não gostam da concorrência: os comunistas e os monopolistas. Às vezes é difícil distingui-los. (CARVALHO, 1998a)
>
> O conservadorismo é a arte de expandir e fortalecer a aplicação dos princípios morais e humanitários tradicionais por meio dos recursos formidáveis criados pela economia de mercado. O liberalismo é a firme decisão de submeter tudo aos critérios do mercado, inclusive os valores morais e humanitários. O conservadorismo é a civilização judaico-cristã elevada à potência da grande economia capitalista consolidada em Estado de direito. O liberalismo é um momento do processo revolucionário que, por meio do capitalismo, acaba dissolvendo no mercado a herança da civilização judaico-cristã e o Estado de direito. (CARVALHO, 2013, p. 54)

Ao definir o que é a direita, campo ao qual reivindica filiação, Carvalho a define como a expressão ideológica que "favorece a liberdade de mercado, defende os direitos individuais e os poderes sociais intermediários contra a intervenção do Estado e coloca o patriotismo e os valores religiosos e culturais tradicionais acima de quaisquer projetos de reforma da sociedade" (CARVALHO, 2013, p. 84).

Essa posição é bastante divergente ao pensamento militar precedente, que tendia a desconfiar e mesmo adotar uma posição hostil ao liberalismo econômico. A DSN, como lembra Alves (1989), era francamente favorável à regulação estatal do desenvolvimento econômico, o que a afastava das versões argentina e chilena da mesma época. No caso brasileiro, existia um entendimento de que o *laissez-faire* inevitavelmente acirrava as tensões sociais e trazia justamente os problemas descritos por Marx, favorecendo a atuação dos grupos subversivos: trazia, portanto, riscos à coesão social e à própria segurança nacional.

No entanto, as teses econômicas liberais encontram considerável espaço nas páginas do Projeto, sobretudo no Eixo "Desenvolvimento Nacional". Há a defesa de medidas como o corte de custos da administração pública, redução de burocracia com vistas à maior competitividade, aceleração de programas de desestatização e ampliação de liberdade econômica (PN, 2022, p. 49-50), abandono de medidas protecionistas (p. 59), redução do "custo Brasil" (tratado como um Tema específico) (p. 65-66) e uma incisiva defesa do agronegócio, que representaria "nossa vantagem competitiva em âmbito internacional" (p. 14), numa clara alusão à teoria ricardiana, e "o sustentáculo e o grande responsável pelo crescimento econômico nacional" (p. 16), ainda que estivesse sob ataque de "entidades com escusos interesses" (p. 14), que

buscavam, através de pautas ambientalistas, atingir a soberania e desenvolvimento nacional.

É possível, todavia, observar também continuidades: a expansão da infraestrutura econômica é vista como essencial não apenas para atender as necessidades do desenvolvimento, mas também da segurança nacional (PN, 2022, p. 51), algo que remete ao tradicional binômio segurança-desenvolvimento presente na DSN (COELHO, 2000; COSTA, 2010; ALVES, 1989) e que ainda tem significativo peso na atuação militar contemporânea (CARVALHO, LIMA, 2023).

A mudança de paradigma do pensamento militar, no que concerne à perspectiva econômica, ainda não está bem explicada pela literatura recente, mas há indícios importantes. De um lado, ressaltamos aqui a necessidade de que o discurso militar precisa se adequar ao contexto linguístico contemporâneo em que buscam se inserir, isto é, às perspectivas das novas direitas. De outro, Leirner (2020, p. 316) aponta que o neoliberalismo, enquanto prática e ideologia, contribui para a estruturação de uma lógica de guerra híbrida que oferece um protagonismo político maior às Forças Armadas; além disso, em suas conclusões, recorda que "quanto menos elementos um Estado se encarregar, mais ao centro os militares estarão".

Apesar das evidentes aproximações semânticas e conceituais, há duas diferenças importantes entre os enunciados apresentados no Projeto e a linguagem política das novas direitas: a primeira delas consiste na posição ideológica reivindicada pelos autores – enquanto, para as novas direitas, a reivindicação aberta de seu pertencimento ideológico à direita é parte constitutiva deu sua constituição simbólico-imagética, para os autores do Projeto de Nação, seu conservadorismo evolucionista e seu liberalismo com responsabilidade social estariam situados numa posição de equidistância em relação às expressões ideológicas radicais (à direita e à esquerda), ancorados no "centro do espectro ideológico" (PN, 2022, p. 46); e, a segunda, está relacionada a um certo afastamento da retórica do politicamente incorreto, lógica estruturante do discurso das novas direitas (DI CARLO, KAMRADT, 2018) – embora o documento mencione o problema das amarras do "socialmente correto", enquanto um véu que encobriria os interesses escusos do globalismo, há o reconhecimento (ainda que sempre de maneira genérica) da importância da preservação ambiental e da proteção das minorias, desde que (e aqui há uma

condição fundamental para a compreensão desses enunciados) numa perspectiva "racional", e não "radical" ou "fundamentalista".

Considerações Finais

A reconstrução dos principais argumentos do Projeto de Nação – devidamente identificados em seu contexto linguístico – permite que sejam feitas algumas inferências importantes. Em primeiro lugar, há um evidente esforço, por parte dos autores, coordenados por um general identificado por seus pares como um grande expoente intelectual do campo, em traduzir (em sentido gramsciano) alguns conteúdos ideológicos arraigados nas fileiras castrenses (e, particularmente, em suas vertentes de extrema-direita) à conjuntura brasileira, marcada pelo ocaso do pacto da Nova República (SILVA, 2021a) e pela consequente ascensão de novos grupos políticos e sociais cuja cosmovisão é estruturada a partir da síntese entre liberalismo econômico e conservadorismo moral.

Essa tradução foi possível a partir da incorporação de nove argumentos centrais ao arcabouço ideológico das novas direitas brasileiras – que encontraram, na eleição do presidente Bolsonaro, o desaguadouro institucional de um longo processo de guerra de posições (SILVA, 2021b) –, cujo principal intelectual orgânico foi Olavo de Carvalho, que, ao longo da década de 1990 e no início da década de 2000, também cumpriu um papel relevante de galvanização ideológica junto às escolas de formação de oficiais das Forças Armadas e às organizações de militares da reserva (LEIRNER, 2020). Sua importância na atualização retórica e ideológica do imperativo de conversão das organizações militares em partido (não em sentido institucional) contou, ainda, com a sistematização feita pelo general Avellar Coutinho (COSTA PINTO, 2021).

O processo de atualização doutrinária operada por meio da incorporação do cânone discursivo das novas direitas é feita a partir de uma posição estratégica: a afirmação das Forças Armadas como a expressão, *par excellence*, do espírito nacional – argumento que possui longa tradição no pensamento político brasileiro, de um modo geral (e que aparece de maneira cristalina em autores centrais na construção do pensamento autoritário brasileiro nos séculos XIX e XX, como Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Viana), e no pensamento político militar, de modo mais específico. Aqui se expressa, inclusive, uma distinção central entre o conteúdo do

Projeto e a linguagem política das novas direitas: enquanto estas possuem, na defesa aberta de seu pertencimento à direita no espectro ideológico, um traço constitutivo de sua identidade, os autores do documento aqui analisado – embora mobilizem, em essência, os mesmos argumentos – reivindicam seu pertencimento ao centro, desvinculados, assim, de quaisquer vieses ideológicos e representando, exclusivamente, os anseios da maioria do povo brasileiro.

A assunção dessa condição de legítimos representantes do espírito nacional é a premissa por trás da intenção expressa no documento: a conversão do grupo da extrema-direita militar em tutelador do processo social no Brasil, estruturado, institucionalmente, nas figuras do CdG e do SIGE – que seriam convertidos em núcleo estruturante do poder político, não sujeito às flutuações e vicissitudes do sufrágio, que se limitaria a escolher os encarregados de implementarem, de modo transversal, as diretrizes construídas numa espécie de Estado Profundo (LEIRNER, 2020).

O caráter concreto do Projeto de Nação enquanto, ao mesmo tempo, horizonte normativo e guia para a ação da extrema-direita militar fica evidente não apenas na participação de parte importante dos membros dos institutos que balizaram a sua construção no governo Bolsonaro, mas, também, na instrumentalização da ABIN enquanto um instrumento de inteligência desse grupo político e na participação do general Ridauto no planejamento da intentona golpista de 8 de janeiro de 2023.

Se a ascensão das novas direitas, de um modo geral, e do bolsonarismo, de modo mais específico, configuram-se como epifenômenos do ocaso da Nova República – concebido, aqui, como crise de hegemonia (SILVA, 2021b) –, a recente trajetória de ativação política dos quartéis possui a mesma raiz. A corrosão do pacto social estruturado no processo de redemocratização do Brasil ao longo das décadas de 1980 e 1990[9] mergulhou o país numa crise estrutural. Se, como dizia o filósofo sardo, o interregno é o momento definido pelo impasse entre a morte do velho mundo e a impossibilidade de nascimento do novo – momento marcado pela manifestação dos mais variados sintomas mórbidos –, a extrema-direita militar busca disputar com o poder civil a condição de timoneiro de um barco à deriva. A grande ideia-força por trás do Projeto de Nação é, novamente, a segurança nacional.

[9] Sobre a repactuação social engendrada pela Nova República, ver Sallum Júnior (2003).

Referências

ALEXANDRE, Thiago de Andrade Romeu. *O Instituto Millenium e os intelectuais da "nova direita" no Brasil*. Juiz de Fora, 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.
ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: *Democracia em Risco?* 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1989.
BARTEE, Seth. Paul Gottfried and Paleoconservatism. In: M. Sedgwick, *Key Thinkers of the Radical Right* – Behind the New Threat to Liberal Democracy. Nova Iorque: Oxford University Press, 2019.
BECKER, Bertha. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em agosto de 2022.
BUZAN, Barry; Waever, Ole; WILDE, Jaap Van. *Security*: A new framework for analysis Boulder: Lynne Reinner, 1998.
CARDOSO, Juliane C. H.; SILVA, Vania S. V.; NERES, Geraldo M. Como estudar teoria política: textualismo, contextualismo linguístico e contextualismo social. In: SILVA, M. V.; DIAS, P. H. B.; SILVA, V. S. V. (Orgs.). *Conectando mundos, repensando relações*. Porto Alegre: Evangraf, 2016.
CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
CARVALHO, Olavo de. *A Nova Era e a Revolução Cultural* – Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi Editora, 1994.
_____. *Fórmula da minha composição ideológica*. Website Oficial Olavo de Carvalho, 1998a. Disponível em http://olavodecarvalho.org/formula-da-minha-composicao-ideologica/; consultado em 03 abr. 2022.
_____. *O Imbecil Coletivo* – Atualidades Inculturais Brasileiras. São Paulo: Faculdade da Cidade Editora, 1999.
_____. *O Jardim das Aflições* – De Epicuro à Ressureição de César: Ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil. Rio de Janeiro: Ateliê 19 Editora, 1998b.
_____. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.
CARVALHO, Vinicius Mariano de; LIMA, Raphael C. Shaping the security-development nexus in Brazil: the military as a modernising and nation-building actor? *Conflict, Security & Development*, vol. 23, n. 2, p. 105-133, 2023.
CASTRO, Celso (org.). *General Villas Bôas*: conversa com o comandante. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.
_____. *O espírito militar*: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da "nova direita" brasileira: ideias, retórica e prática política. *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015. p. 1-29.
CHIRIO, Maud. Da linha dura ao marxismo cultural. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.), *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade*: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.
COSTA, Frederico Carlos de Sá. Doutrina de Segurança Nacional: uma genealogia. *Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: 34º Encontro Anual da ANPOCS, 2010.
COSTA PINTO, Eduardo. Bolsonaro, quarteis e marxismo cultural. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.), *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.
DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a Cultura do Politicamente Incorreto na Política Brasileira. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018.
FEITOZA, César; SERAPIÃO, Fabio. Quem é Ridauto Lúcio Fernandes, general da reserva alvo da PF pelo 8/1. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29/09/2023. Poder. Acesso em 13/03/2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/09/quem-e-ridauto-lucio-fernandes-general-da-reserva-alvo-da-pf-pelo-81.shtml.
FINER, Samuel. *The Man on the Horseback*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2006.
FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política e Sociedade*, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.
FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
GODOY, Marcelo. Soldados influenciadores: os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.), *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.
HUNTINGTON, Samuel. *The soldier and the State*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: Edições GDR, 1967.
LEIRNER, Piero. C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida*. São Paulo: Alameda, 2020.
MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia*: pensamento e presença militar. São Paulo, 2007. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, pp. 39-50, 2008.
_____.; ZIRKER, Daniel. Nationalism, National Security, and Amazonia. *Armed Forces & Society*, vol. 27, n. 1, pp. 105-129, 2000.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. Niterói: Eduff, 2020.
MYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil. *Perspectivas*, n. 4, pp. 75-92, 1981.
NETTO, Michel Nicolau; CAVALCANTE, Sávio Machado; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família. *Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019. p. 1-18.
OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Doutrina de Segurança Nacional. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares*: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987.
PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior* – o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Editora Planeta, 2019.

PROJETO DE NAÇÃO – Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices. Brasília: SAGRES – Políticas e Gestão Estratégica Aplicadas, 2022.
PUGLIA, Leonardo Seabra. Gramsci e os Intelectuais da Direita no Brasil Contemporâneo. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 40-54, 2018.
RIBEIRO, Erik Herejk. Grande Estratégia. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina (Orgs.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora, 2018.
ROCHA, Camila. *"Menos Marx, mais Mises"*: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). São Paulo, 2018. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.
SAINT-PIERRE, Héctor. "Defesa" ou "Segurança"? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. *Contexto Internacional*, v. 33, n. 2, pp. 407-433, 2011.
SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema-direita, volver!* Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva. Niterói, 2009. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
SALLUM JR., Brasílio. Metamorfoses do Estado Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 35-54, 2003.
SEDGWICK, Mark. Introduction. In: SEDGWICK, Mark (org.). *Key Thinkers of the Radical Right* – Behind the New Threat to Liberal Democracy. Nova Iorque: Oxford University Press, 2019.
SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.
SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 24, p. 1-37, 2021a.
_____. "Liberal na economia e conservador nos costumes": uma totalidade dialética. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, p. 1-19, 2021b.
SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados*, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.
SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.
SOLANO, Esther. Apresentação. In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
TEITELBAUM, Benjamin. Daniel Friberg and Metapolitics in Action. In: SEDGWICK, Mark (org.). *Key Thinkers of the Radical Right* – Behind the New Threat to Liberal Democracy. Nova Iorque: Oxford University Press, 2019.
_____. *War for Eternity* – Inside Bannon's far-right circle of global power brokers. Nova Iorque: Dey Street Brooks, 2020.
TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo*: populismo e a extrema direita. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.
WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*, vol. 1. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

Recebido em Maio de 2024
Aprovado em Março de 2025